

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A forma urbana do século XXI consistirá em uma série de pontos nodais difundidos pela cidade. Provavelmente, haverá a primazia de um único centro, mas este deverá competir com os subcentros por investimentos e atenção. A cidade com subcentros exige uma rede de tecidos de conexão. Além dos acessos ao transporte público, são necessárias vias específicas de conexão com tratamento especial. Essas vias proporcionam, ao mesmo tempo, vínculos físicos e psicológicos; representam a razão pela qual ocorre a interação social e, como tal, devem ser consideradas exercícios de desenho urbano.

Brian Edwards. *O guia básico para a sustentabilidade*. Editora GG, 2005 (com adaptações).

Acerca da metodologia de projeto de arquitetura e de desenho urbano, julgue os itens a seguir.

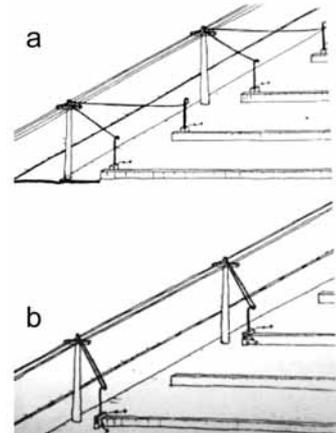
- 51 O desenvolvimento policêntrico das cidades proporciona a ocupação desequilibrada dos territórios, transformando-os em espaços desarticulados que prejudicam a interação e a participação de toda a cidade na vida econômica, por exemplo.
- 52 Configurações urbanas compactas que conjugam alta densidade, uso misto e edificações de gabaritos entre quatro e dez pavimentos formam um desenho urbano inviável ao modelo de cidade sustentável.
- 53 Do ponto de vista da eficiência energética, o desenho de cidades com densidade excessiva é uma proposta que tende a reduzir o consumo energético, apesar de os custos com investimento em infraestrutura urbana nessas cidades serem mais elevados.

A realização correta do dimensionamento e da distribuição espacial dos equipamentos públicos e comunitários possibilita o adequado atendimento à população e funciona como suporte material para a prestação de serviços básicos provenientes das políticas públicas. Com base nessas informações e nos múltiplos aspectos por elas suscitados, julgue os itens seguintes, relativos ao dimensionamento e à programação de equipamentos públicos e comunitários.

- 54 O conceito de sustentabilidade abrange a necessidade de os projetos urbanísticos incorporarem espaços de convivência entre os habitantes, que, em loteamentos acima de 100 unidades habitacionais, devem compor-se, ao menos, de seis equipamentos, sendo, no mínimo, um social e um de lazer ou esportivo.
- 55 Na proposição de novos loteamentos urbanos, recomenda-se que cerca de 35% da área loteada seja destinada ao uso público. Como medida preventiva, recomenda-se, ainda, que 15% dessa parcela seja destinada, exclusivamente, a equipamentos comunitários e áreas livres para uso público.
- 56 Sabendo-se que, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, é correto afirmar que essa concepção pode ser integrada ao desenho da cidade, como, por exemplo, no caso de se considerar um raio de atendimento de, aproximadamente, 800 m para a localização das escolas.

As redes de infraestrutura bem como as áreas edificadas e livres devem ser consideradas na composição do espaço urbano, uma vez que, de acordo com sua proposição, tais redes oferecem mais qualidade ao funcionamento do conjunto urbano, articulando coerentemente forma, função e estrutura. Considerando essas informações, julgue os itens que se seguem.

- 57 A utilização de lagoas de estabilização consiste em um processo alternativo no tratamento de esgoto que se aplica em situações especiais em que as áreas urbanas não são atendidas por redes públicas. No entanto, a utilização dessas lagoas pode comprometer a qualidade ambiental da área urbanizada, visto que, nesse processo, o tratamento ocorre por meio de fenômenos naturais.
- 58 Considere a figura abaixo, que representa dois modos distintos de ligação predial entre a rede pública de distribuição e a instalação elétrica dos prédios. Nessa situação, o modo “a”, de distribuição individual, em comparação com o modo “b”, de distribuição duas a duas, oferece uma economia na ordem de 10% nos custos de distribuição da rede.



Juan Luis Mascaro e Mario Yoshinaga. *Infraestrutura urbana*. Editora Maisquatro, 2005, p. 146.

- 59 A articulação adequada do sistema viário — que pode ocupar 50% da área do solo urbano — com a rede de drenagem pluvial assegura o uso eficiente desse sistema em distintas condições climáticas.

Julgue os próximos itens, acerca dos planos municipais de saneamento básico.

- 60 Na implantação da rede de saneamento em áreas urbanas que apresentam grandes dicotomias sociais, o princípio da equidade, que rege a política municipal de saneamento, pode comprometer a implantação de uma rede de saneamento de boa qualidade.
- 61 No plano municipal de saneamento, o sistema de informações deve fornecer os dados necessários para a elaboração de diagnósticos da realidade, de planejamento e para a avaliação das ações públicas já implementadas.
- 62 Reconhecer a bacia hidrográfica como um foco do planejamento nas políticas municipais de saneamento básico possibilita uma visão não fragmentada das inter-relações do homem com o meio.
- 63 Na elaboração de um plano municipal, o conselho municipal de saneamento ambiental deve ser composto pelos usuários das áreas residenciais e comerciais em geral. Esse conselho é um órgão consultivo cuja responsabilidade é propor a inclusão das necessidades da sociedade local nas políticas públicas de saneamento desse município.

Com referência a gestão urbana e instrumentos de gestão no Brasil, julgue os itens subsecutivos.

- 64 Devido ao seu caráter amplo e integrador, o licenciamento ambiental dispensa outras licenças nas áreas urbanas cujos empreendimentos e atividades sejam considerados de baixo potencial poluidor.
- 65 A produção coletiva dos planos diretores municipais, configurada pelo poder público e pela sociedade, além de propiciar a ampliação do estado democrático, contribuiu para a construção da cidadania.
- 66 Considerando-se o dinamismo inerente ao processo de urbanização das cidades, estabeleceu-se por lei que todo plano diretor deve ser revisto a cada cinco anos.
- 67 O estudo de impacto ambiental e o respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente é facultativo para a concessão de licença ambiental a empreendimentos que, embora apresentem médio potencial de degradação do meio, tenham área inferior a 2.000 m².

À luz dos aspectos sociais e econômicos do planejamento urbano sustentável, julgue os itens subseqüentes.

- 68 O conceito da sustentabilidade deve incorporar a ideia de autonomia e autodeterminação das comunidades e de sua governabilidade e gestão.
- 69 Segundo estudiosos e profissionais da área, devem ser incluídos, no processo de planejamento urbano sustentável, estudos e pesquisas que catalisem as práticas cotidianas, a serem reconhecidas como o fio condutor do planejamento de médio e longo prazo.
- 70 A participação dos atores sociais e agentes públicos nas políticas de planejamento urbano no Brasil é condição indispensável para a efetiva implementação de tais políticas.
- 71 São considerados objetivos finais e essenciais do desenvolvimento sustentável a geração de emprego e renda, com equidade social, e a valorização do capital social e dos recursos humanos.

No que se refere a planejamento e mobilidade urbana, julgue os itens a seguir.

- 72 Para o planejamento municipal em uma cidade com mais de 500 mil habitantes, o plano diretor deve incorporar um plano de transporte urbano integrado.
- 73 As políticas de uso do solo não interferem no sucesso da política de mobilidade urbana sustentável, visto que esta depende diretamente da gestão dos transportes públicos.
- 74 Combinar tarifação de transporte público diferenciado — considerando-se aspectos como horário de pico e horário fora do pico, áreas congestionadas e não congestionadas, restrição do uso do automóvel — constitui uma proposta de gerenciamento que colabora com as políticas públicas de mobilidade sustentável no contexto socioeconômico de áreas urbanas.

Acerca de planejamento urbano e meio ambiente, julgue os próximos itens.

- 75 O crescimento desordenado e a existência de uma política de planejamento urbano distanciada dos aspectos sociais, políticos e ambientais provocaram, no Brasil, grande concentração de assentamentos irregulares em áreas precárias, principalmente nas grandes cidades brasileiras — aquelas com população acima de 500 mil habitantes.
- 76 A urbanização dos assentamentos precários no contexto de uma cidade consolidada, por meio de sua integração ao sistema urbano e de sua regularização fundiária, além de ser um instrumento de recuperação do meio ambiente, é uma ação que viabiliza e promove a justiça social.
- 77 A Constituição Federal garante os direitos coletivos ao planejamento urbano, ao meio ambiente equilibrado e à gestão democrática das cidades, delegando ao governo municipal a responsabilidade de formulação e implementação dos programas de habitação e infraestrutura, de regularização fundiária dos assentamentos informais, de saneamento e de transportes urbanos.
- 78 Incorporar o conceito de reversibilidade no planejamento urbano sustentável é uma medida que possibilita à cidade adaptar-se a novas demandas da população e a mudanças nas atividades econômicas sem que a capacidade ambiental seja prejudicada.

O Estatuto da Cidade abrange um conjunto de princípios gerais que viabilizam a aplicação dos instrumentos de política urbana, além de delegar ao município brasileiro, a partir dos processos públicos e democráticos, a responsabilidade de definir claramente suas finalidades. No que se refere às diretrizes desse Estatuto, julgue os itens que se seguem.

- 79 Caso a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização não seja cumprida pelo proprietário do imóvel decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo, o município poderá desapropriar o imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.
- 80 A cobrança da alíquota do IPTU progressivo no tempo para parcelamento, edificação ou utilização compulsórios do solo urbano subutilizado será superior a duas vezes o valor cobrado no ano anterior; não sendo permitido, ainda, ao município conceder isenção ou anistia para os valores cobrados do proprietário.
- 81 Áreas com mais de 250 m² são susceptíveis de serem usucapidas coletivamente por população de baixa renda sob a condição de uso residencial.

Julgue os itens consequentes, relativos aos principais requisitos urbanísticos estabelecidos pela Lei Federal n.º 6.766/1979.

- 82 As diretrizes de planejamento estadual e municipal que regulam as áreas para loteamento têm vigência de cinco anos.
- 83 Em conjuntos habitacionais de interesse social, as áreas destinadas a circulação e implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, devem ser proporcionais à densidade de ocupação do loteamento. O dimensionamento do lotes pode ser inferior a 125 m², desde que destinados a urbanização específica, com prévia aprovação pelos órgãos públicos competentes.
- 84 Para a elaboração do projeto de loteamento, cabe à prefeitura municipal fornecer ao interessado a definição do uso do solo, do traçado dos lotes, do sistema viário, dos espaços livres e das áreas reservadas para equipamento urbano e comunitário.
- 85 Os municípios cujos planos diretores contêm diretrizes de urbanização para a zona em que se situe o parcelamento a ser projetado podem dispensar, nos termos da lei, a fase de fixação de diretrizes previstas para o uso do solo.

Em estudo encomendado pelo estado do Rio de Janeiro, já se alertava, desde novembro de 2008, a respeito do risco de uma tragédia na região serrana fluminense — como a que ocorreu no mês de janeiro, resultando em centenas de mortes. De acordo com o referido estudo, Petrópolis e Teresópolis convivem com vários fatores de risco diferentes e podem ser atingidas por desastres capazes de gerar efeitos de grande magnitude.

Folha de S.Paulo, 15/1/2011 (com adaptações).

Considerando o tema tratado no texto acima, julgue os itens a seguir.

- 86** Políticas relacionadas às ações de sustentabilidade são imperiosas para o processo de desenvolvimento urbano, que deve contemplar, de forma clara e permanente, medidas de prevenção de desastres.
- 87** Os desastres recentes na região serrana do Rio de Janeiro e em outros estados brasileiros devem-se à ausência de uma política nacional de defesa civil.
- 88** Entre os mecanismos de ação governamental necessários à prevenção de desastres provocados por enchentes e deslizamentos bem como à redução de perdas humanas, incluem-se o zoneamento urbano coordenado, a construção de barragens reguladoras, a interligação de bacias e o plano de emergência comunitária.
- 89** As desigualdades e os desequilíbrios inter e intrarregionais contribuem para a ocorrência de desastres semelhantes ao descrito no texto, os quais afetam, em escala superior, as populações economicamente desfavorecidas, que habitam áreas de maior risco.

As experiências conduzidas pela arquitetura moderna em busca de uma ordenação diferente do espaço coletivo aberto têm sido malogradas desde a sua origem pelas novas formas de urbanização capitalista e por uma intervenção pública somente corretiva, que não soube alternar as áreas verdes e os espaços abertos em um sistema global, reduzindo-os a um simples fato quantitativo fragmentado, concebido como um serviço autossuficiente.

Marta Adriana Bustos Romero. *In: Arquitetura bioclimática do espaço público*. Ed. UnB, 2003 (com adaptações).

Considerando o fragmento de texto acima, julgue os itens de **90** a **95**, a respeito do desenvolvimento urbano.

- 90** A preservação de áreas abertas e de equipamentos públicos de lazer está associada, em grande medida, à relação estabelecida com uma fração urbana e seu respectivo grau de adjacência e compacidade.
- 91** As novas formas de urbanização capitalista estão atreladas aos planos da arquitetura moderna para as cidades, desde suas concepções pioneiras, o que permite concluir que o estado de vulnerabilidade de populações em grandes centros urbanos de diversos países em desenvolvimento é derivado da ordenação diferente do espaço coletivo à qual o texto faz menção.
- 92** A baixa rugosidade da superfície urbana é fator que, associado à falta de planejamento, pode resultar em tragédias como enchentes e deslizamentos semelhantes aos ocorridos, em janeiro desse ano, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

93 Ainda que o crescimento de favelas periféricas tenha como fator preponderante um conjunto de políticas públicas, deve-se considerar que o fenômeno decorre de diferentes fatores, uma vez que o regime de crescimento dessas populações segue, com poucas exceções, padrão de aceleração constante, desde o início do século passado, em grandes centros urbanos do hemisfério sul.

94 Os movimentos migratórios intra e inter-regionais no Brasil, por serem determinantes na dinâmica populacional dos grandes centros urbanos, devem ser tratados como tema que abrange diversas esferas do poder público, como o Ministério das Cidades e o da Pecuária, Agricultura e Abastecimento, entre outros.

95 Entre as ações necessárias à elaboração da proposta urbanística de um plano diretor participativo, destacam-se o estabelecimento de unidades de planejamento, a definição dos projetos de intervenção, a normatização para uso e ocupação do solo e o estabelecimento de critérios de intervenção urbana.

Considerando aspectos referentes à linguagem e à representação de projetos arquitetônicos, julgue os itens seguintes.

96 Conforme a NBR 6492, para facilitar o manuseio e armazenamento de projetos, cada um deles deve ser dobrado de tal forma que sua folha de rosto com carimbo tenha sempre as dimensões de uma folha A4, excetuando-se os espaços destinados às abas que serão furadas para o devido arquivamento.

97 Elementos auxiliares de desenho, como quadro de esquadrias, auxiliam a compreensão do lançamento de diretrizes de projeto em fase de estudo preliminar.

98 A diferenciação entre elementos definidores de um projeto — alvenarias, estruturas, esquadrias etc. — deve ser efetuada por meio de desenhos relacionados, sendo os cortes o meio que mais favorece a identificação das diferenças, dada a possibilidade de gradação da espessura das linhas: quanto maior a distância em relação a um plano seccional, menor a espessura das linhas.

99 A análise preliminar de custos bem como perspectivas e maquetes são documentos eventuais de um projeto arquitetônico.

À luz da legislação pertinente, julgue os próximos itens, relativos a parcelamento, uso e ocupação do espaço urbano e respectiva legislação, bem como a instrumentos de controle urbanístico.

100 A outorga onerosa do direito de construir é instrumento de controle urbanístico de ampla aplicação em diversos planos diretores de ordenamento territorial, dada a possibilidade de ser posta em prática em todas as zonas definidas nas leis municipais.

101 O banco de dados georreferenciado, embora constitua instrumento que auxilia o Poder Executivo a realizar estudos sobre a capacidade de suporte das redes de infraestrutura urbana, é pouco utilizado na elaboração de produtos técnicos.

102 De acordo com a lei que regula o parcelamento, o uso e a ocupação do solo urbano, a infraestrutura básica nas áreas denominadas, por lei, zonas habitacionais de interesse social deve dispor de equipamentos públicos como praças, calçamentos para pedestres e iluminação pública.

103 As leis municipais de parcelamento, uso e ocupação do solo estão sujeitas às determinações dos planos diretores e de seus respectivos instrumentos de controle urbanístico.

Com relação ao Decreto-lei nº. 3.365/1941, julgue os itens a seguir.

- 104** O decreto em apreço autoriza a desapropriação para a construção de habitações para as populações de baixa renda, como as famílias desalojadas pelas enchentes que atingiram o país em janeiro deste ano.
- 105** De acordo com o que dispõe o decreto em questão, cabe ao Poder Judiciário a decisão final sobre os casos de utilidade pública e a validade constitucional das desapropriações.
- 106** Esse decreto constitui importante mecanismo legislativo, com implicações significativas em áreas urbanas que abriguem grandes eventos, como, por exemplo, a Copa do Mundo de Futebol.

O urbanismo não deve regularizar desigualdades decorrentes das escolhas individuais, nem acreditar no poder emancipador da tecnologia dos objetos de transporte para valorizar o espaço público. A distribuição do solo para diferentes usos e atividades implica julgamentos éticos, mas que derivam de preferências e escolhas discutidas em termos econômicos, técnicos, legais e políticos que afetam a condição e a qualidade do ambiente natural e construído. A ética do uso e da ocupação do solo com base no princípio da equidade constitui um instrumento para corrigir as desigualdades sociais.

Daniela Diniz Rodrigues. Argumentos éticos para o uso e a ocupação do solo. Tese de Doutorado. UnB, Brasília (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens seguintes, acerca das redes de transporte coletivo urbano.

- 107** Na década de 70 do século passado, houve o predomínio do urbanismo rodoviário em várias cidades brasileiras, sendo o elevado perimetral da Avenida Rodrigues Alves, na cidade do Rio de Janeiro, exemplo de estrutura construída de acordo com esse modelo.
- 108** Embora o sistema metroviário seja mais oneroso que o de transporte por ônibus, os custos daquele sistema são amortizados pela qualidade ambiental resultante da criação de uma rede perene e sustentável de conexão entre bairros, fato que se verifica em grandes metrópoles do hemisfério sul.

Entre os órgãos responsáveis pelas políticas integradas de transporte público e planejamento urbano, destaca-se a Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana, do Ministério das Cidades, cuja finalidade é instituir uma política de mobilidade urbana sustentável, levando em consideração aspectos fundamentais do transporte coletivo urbano. A esse respeito, julgue os próximos itens.

- 109** O Sistema de Informações de Mobilidade Urbana, desenvolvido pela Associação Nacional de Transportes Públicos, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, objetiva fornecer dados básicos consolidados e gerar indicadores específicos dos mais de 400 municípios brasileiros com, pelo menos, 60 mil habitantes.
- 110** Entre as diretrizes da mobilidade sustentável, pode-se citar a sua conjugação ao planejamento urbano como forma de diminuir as necessidades de deslocamentos por meio da gestão dos modos de circulação.
- 111** O Brasil possui programas de transporte público de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico e ao uso de energias renováveis e não poluentes, muitos deles já implantados na maioria dos grandes centros urbanos.

O período que se encerrou em 1964 — inserido em uma conjuntura de governos democráticos iniciados em 1945 — ficou conhecido como desenvolvimentista, tendo sido também uma época altamente marcada por reformas sociais. Durante esse período, as cidades passaram a ter importância fundamental nas políticas de desenvolvimento econômico e social, especialmente com a passagem do suporte rural das atividades econômicas para o suporte urbano. Em razão disso, um conjunto de políticas urbanas passou a ocupar o centro dos debates e a fazer parte da pauta das administrações.

Luiz de Pinedo Quinto Jr. Nova legislação urbana e os velhos fantasmas. Internet: <www.scribd.com> (com adaptações).

Considerando aspectos gerais acerca de legislação ambiental e urbanística e tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens que se seguem.

- 112** As áreas de preservação ambiental, as áreas de preservação com uso limitado e as unidades de conservação, que são frações do território instituídas pelo poder público para garantir a preservação dos ambientes naturais existentes, serão sempre de domínio público, podendo ser utilizadas com finalidades científicas ou de lazer.
- 113** A obrigatoriedade constitucional de realização de plano diretor para cidades com mais de vinte mil habitantes é fator que contribui para o ordenamento do solo urbano e a compatibilização de interesses dos diversos segmentos sociais.
- 114** Do ponto de vista do cumprimento da função social do solo urbano, uma política de desenvolvimento calcada em exigências fundamentais para expansão urbana é instrumento de importância capital para a elaboração de planos diretores, os quais constituem documentos essenciais para o referido cumprimento.

Com referência ao estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA), julgue os itens a seguir.

- 115** A construção de um trecho de estrada que ligue duas microzonas municipais distantes 30 km entre si deve ser precedida da realização de EVTEA pormenorizado no que se refere à implantação, ao detalhamento de custos e à amortização dos investimentos.
- 116** Um órgão público pode conduzir processo licitatório para a escolha de empresas especializadas que irão elaborar EVTEA para determinado empreendimento.
- 117** O EVTEA tem como objetivo principal a identificação da alternativa mais viável para a sociedade. Nesse sentido, para a solução de determinada questão de infraestrutura, devem ser consideradas tanto as alternativas convencionais quanto as não convencionais.

Com relação à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) e à legislação ambiental e urbanística, julgue os próximos itens.

- 118** De acordo com a legislação vigente, constituem degradação ambiental os fatores físicos decorrentes da ação humana no ambiente físico, com consequências espaciais para o ambiente natural e construído.
- 119** Entre as pautas recentes da PNDU definida pelo Ministério das Cidades tem-se a Conferência Nacional das Cidades, que, desde 2005, procura dar diretrizes para a elaboração da referida política pública.
- 120** A promulgação da chamada Lei da Assistência Técnica, além de garantir um direito constitucional, pode proporcionar melhoria na qualificação do ambiente urbano.